

**ACTA N.º 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 17 de Junho de 2006**

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Leitura, discussão e votação da acta da segunda sessão ordinária.**
- 2. Expediente para conhecimento.**
- 3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53º, e n.º4, do artigo 68º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**
- 4. Carta Educativa/ Apresentação.**
- 5. Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia-Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa/Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006.**
- 6. Política do Ministério da Saúde para o Alto Tâmega/ Constituição de Comissão com o intuito de defender os interesses das populações da região/ Adesão e indicação de elementos para a constituição da referida comissão.**
- 7. Documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2005, apresentados pela ADRAT.**
- 8. Documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2005, apresentados pela Região de Turismo e Alto Tâmega de Barroso.**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 54 membros.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fátima Crespo e Armando Duarte.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, José Diogo Pereira, Duarte Calhelha, Joaquim Lourenço e João dos Santos.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Francisco Surreira.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que há problemas com os esgotos na aldeia de Vila Nova e, como o Presidente da Câmara já havia prometido, perguntou se a Câmara está disposta a resolver o problema pois poderá haver afectação das águas.

Disse que a Câmara deveria ter uma política de limpeza das aldeias pois as silvas estão a invadir as ruas.

Disse ainda que a Câmara deveria pressionar a Junta Autónoma de Estradas pois a situação da EN 103 já é insustentável.

O deputado Acácio Gonçalves concordou com o deputado Domingos Vasconcelos sobre a limpeza das aldeias e disse que é intolerável que em volta da igreja e nas ruas de Sidrós as ervas dêem pelo peito.

Disse que a transacção das Águas de Trás-os-Montes acarreta um agravamento de 5% nas taxas da água, ou seja, um aumento de 60% num ano.

Disse que é preciso rever essa situação.

Disse ainda que a Câmara comprou 2 terrenos no loteamento do Cerrado em sistema leasing mas os valores que vêm mencionados na acta nº11 da reunião de Câmara estão aldrabados.

O deputado Nuno Pereira realçou o protesto do deputado Domingos Vasconcelos sobre a EN103 pois é uma estrada muito perigosa.

Fez um reparo à mesa da Assembleia dizendo que os deputados quando fazem as suas intervenções deviam estar direccionados para o poder e não para os membros da Assembleia.

O deputado Francisco Surreira disse que na última Assembleia o Presidente da Câmara referiu que a Probarroso gastou milhares de contos e que não sabe o seu fim e, por isso, pergunta ao Presidente se a Câmara deu algum dinheiro a essa associação.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a questão do saneamento de Vila Nova, Sidrós e Ferral, disse que no novo quadro comunitário está previsto um investimento de 15 milhões de euros para que se façam obras relacionadas com águas e saneamentos e que esses problemas serão resolvidos a médio prazo.

Disse que a limpeza das aldeias deve ser reclamada, mas também deve ser reclamado mais civismo pois é impossível à autarquia fazer a limpeza de 135 aldeias. Disse que a tarifa de limpeza só é cobrada na sede do concelho, mas se houver acordo com as Juntas de Freguesia esta tarifa poderá começar a ser cobrada também nas aldeias.

Disse que os preços da água subiram ligeiramente para que um dia mais tarde não se sinta mais essa subida e porque é um bem que tem que ser cobrado pois as exigências da lei vão aproximar as tarifas aos custos do serviço.

Disse que há intenção do Governo em criar um fundo tarifário ou situações de financiamento para as zonas mais desfavorecidas de forma a que o investimento que há a fazer nas águas e saneamento não constitua uma sobrecarga muito grande para os consumidores.

Disse que se fez um aumento das taxas e tarifas para que estas se harmonizassem a nível do Alto Tâmega.

Sobre o lixo, disse que a Resat tem que dar lucro de 3% e se não der este lucro aumenta-se a tarifa, mas há a garantia que no final de vida do aterro a empresa tem dinheiro para fazer outro.

Sobre os lotes do Cerrado, admitiu que poderá haver um erro na acta. Mas é normal que a construção seja superior à área do terreno. Adiantou que a Câmara comprou dois lotes infraestruturados, prontos a construir, para habitação social. Um lote é para o prédio Albino Fidalgo, com 18 fogos, que vai ser pago com o dinheiro do legado e o outro lote é para habitação social para alugar na modalidade de realojamento.

Sobre a EN 103, disse que a Câmara pressiona as Águas de Trás-os-Montes, mas o mal é geral e quando as obras são mal feitas tem que se sofrer as consequências.

Disse que a Câmara já não participa na Probarroso. Esta recorre a fundos comunitários, mas não se conhece projecto nenhum com sucesso e sabe-se que gastou milhares de euros.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Francisco Surreira.

O deputado Francisco Surreira perguntou novamente se a Câmara deu algum dinheiro à Probarroso.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao mesmo dizendo que a Câmara deu algum dinheiro, mas, como não concordava com as políticas desenvolvidas pela Associação, cortou relações pois definitivamente não eram políticas de desenvolvimento para a região.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Leitura, discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária.**

A acta da sessão ordinária do dia vinte e um de Abril de 2006 foi posta à consideração, tendo os deputados Guilhermina Costa e Nuno Pereira feito alguns reparos.

A deputada Guilhermina Costa disse que a crítica que faz à acta é geral pois há intervenções descontextualizadas.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa:  
“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre:

1- na última reunião da Assembleia Municipal, a deputada Guilhermina Costa, não gostando certamente da decisão do Tribunal Administrativo que aqui comunicara entretanto, nem lhe agradando a opinião que manifestei sobre a iniciativa por ela tomada e não tendo qualquer outro argumento a contrapor, veio, pela terceira vez, repetir as acusações da prática de atitudes persecutórias primeiro da parte da minha família e depois e agora da minha parte. O que a acta não refere na folha 3 foi a família e depois agora da minha parte. O que na acta não refere na folha 3 foi a resposta que então dei no sentido de esclarecer esta Assembleia e na qual considerei que as acusações não passam de um delírio seu e de que, se dúvidas houvesse quanto à justeza das opiniões que sobre o assunto nesta Assembleia tenho proferido, essas razões acabaram de ser expostas, já que a Dra. Guilhermina Costa escondeu um facto que nunca referiu aqui nem em lugar nenhum e que desmontam por completo a sua teia argumentativa: todas as acções de que a Dra. Guilhermina diz que hei praticado de natureza persecutória não o foram na qualidade que a deputada se esforça fazer crer, na medida em que foram apenas respostas legítimas e legalmente suportadas na sequência da prática continuada da deposição de chorume do Sr. Fecheira nas traseiras da casa da sua mãe atentando contra a dignidade, sossego e qualidade de vida da sua família. Importa esclarecer que as acções tomadas foram-no na sequência desta iniciativa e de outras de igual gravidade e sempre, sempre, perante as entidades com capacidade para arbitrar conflitos ou para exercer actividades inspectativas ou fiscalizadoras. É para isto que estas instituições existem! Eu nunca disse que a Dra. perseguiu a minha família. Disse que acusou a minha família de actividades persecutórias. São estes factos que faltam na acta e que, a não constarem, lhe roubam coerência.

2- na folha 6, penúltima linha, terei dito «antes de» em vez de «além».

3- já na folha 17 a omissão é maior uma vez que em face das conclusões da IGAT e referindo-me ao relatório que se reportava em grande parte a uma área que havia sido por mim tutelada, realcei o facto de não terem sido referidas quaisquer anomalias graves, antes pelo contrário, haver referências objectivas ao escrupuloso respeito aos instrumentos de gestão urbanística em vigor bem como aos normativos legais aplicáveis. Referi ainda a menção à qualidade das diversas informações técnicas que recaíam sobre os processos.

4- perante estes factos concluí humildemente ser justo recair sobre mim a quota parte de responsabilidade e mérito nestes processos e revelar mais uma vez como estes factos, emanados que são de uma entidade independente, contrariam o discurso catastrofista e a precipitação e falta de fundamento das acusações que irresponsavelmente se têm feito por aí e de que a queixa ao tribunal administrativo da parte do PSD era um exemplo.

5- só depois destas referências tem sentido dizer o que a acta diz, já que, de facto, e seguindo as deficiências apontadas, referi a existência de erros. E referi dois tipos de erros: aqueles que o são de facto e que nunca percebi estarem a ser cometidos, como o exemplo que referi de não constar dos processos a prova de pagamento das taxas devidas ao município pela emissão das licenças, e outro tipo de irregularidades que foram cometidas com o

conhecimento e consentimento da Câmara Municipal. E referi o facto de na tramitação processual de pedidos de licenciamento de edificações patrocinadas por jovens agricultores e perante a urgência de aprovação dos processos sob pena de perda de financiamento, coloquei o problema à Câmara Municipal que concordou que os processos fossem instruídos, nesses casos e só nesses, com a anomalia detectada pela inspecção. Estava o interesse dos jovens agricultores em causa e a urgência de apoiar a sua instalação. Só com esta explicação tem sentido a frase lapidar que a acta refere e que diz que errar é próprio de quem trabalha.”

**Deliberação:** Posta a votação, a acta foi aprovada por unanimidade.

## **2. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º: 1, do artigo 53º, e n.º4, do artigo 68º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **4. Carta Educativa/ Apresentação**

A Vereadora Fátima Fernandes e o Senhor Presidente da Câmara informaram a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, João Soares, Fátima Crespo, Nuno Pereira e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que fica satisfeita ao ver um estudo como é o da Carta Educativa e disse que o Governo deveria exigir estes planeamentos em todas as áreas.

Disse que a colocação dos centros escolares está bem pensada mas que a sua construção não deve implicar mais uma dívida a acarretar ao longo dos anos. Este projecto é prioritário e deve ter qualidade pois os meninos vão estar fora de casa grande parte do dia.

Disse que, fora dos períodos lectivos, deveria haver animadores sociais de forma a auxiliarem os professores, aumentando assim o sucesso escolar, pois os alunos são poucos mas têm que ter boas condições.

O deputado João Soares disse que está de acordo com a carta educativa, pois as crianças são poucas e têm que ser recolhidas em centros escolares pois tem que haver envolvimento social e tecnológico. Concorda com a colocação dos mesmos e em relação à Escola da Borralha congratula-se que seja considerada tendo solicitado mais um curso profissional e espera que esse pedido seja deferido.

Disse que o país precisa de jovens cada vez mais qualificados de forma a que sejam inseridos no meio de trabalho com qualificação.

Subscreve as preocupações da deputada Guilhermina Costa e espera que se faça do concelho de Montalegre, um concelho com sucesso educativo e que a carta educativa não seja vista como instrumento economicista. Disse que tem de haver coordenação e espera que seja fomentado o espírito de educação na sociedade de forma a que sejam combatidos certos flagelos.

A deputada Fátima Crespo perguntou quais as freguesias que fazem parte de cada complexo escolar, que critério foi adoptado para a localização dos centros escolares e porque é foi mantida a escola de Vilar de Perdizes uma vez que a sua morte está anunciada.

O deputado Nuno Pereira disse que já expôs a sua opinião sobre esta matéria e que continua a dizer que a qualidade do ensino passa pela qualidade das interacções, tendo a carta educativa a vantagem da planificação.

Disse que o panorama nacional é catastrófico pois 50% dos trabalhadores activos não têm o 9º ano e a carta educativa é a base de um longo trabalho para que se garanta o sucesso.

Disse que grande parte do insucesso educativo não é da responsabilidade do Estado, mas sim dos professores, dos pais e encarregados de educação.

Disse que tem que se louvar este momento por ser o culminar de um processo de planificação para que se consigam construir escolas com projectos educativos eficazes.

O deputado Joaquim Pires disse que o sector da educação nunca foi estrategicamente definido e se este estudo fosse feito há 20 anos, muitas escolas não existiriam.

Disse que o concelho tem muitas escolas e que uma vez que existem, algumas delas deveriam ser específicas em determinadas áreas e vocacionadas para cursos profissionalizantes.

Disse ainda que o ensino primário devia ser mantido em escolas que tivessem pelo menos 20 alunos pois pedagogicamente garantem mais sucesso educativo.

Disse que a Ministra da Educação teve muita coragem em desafiar os professores e responsabilizá-los pelo insucesso escolar.

A Vereadora Fátima Fernandes disse que a taxa de analfabetismo é muito elevada devido à idade da população e que comparativamente com outros concelhos do Alto Tâmega não estamos mal, sendo que a taxa de abandono é de 3.5%, quando nos outros concelhos é de 4%, a taxa de retenção, em

Montalegre, é de 13.8% e em Alto Trás-os-Montes é de 14.7% e a taxa de saída antecipada é de 27.3%, menor em relação a outros concelhos vizinhos. Disse que as aldeias que correspondem aos complexos escolares de Montalegre e Salto têm a ver com os territórios educativos: Montalegre e Baixo Barroso.

Disse que a escola de Vilar de Perdizes não fecha já no próximo ano, como não vão fechar tantas outras pois isto não funciona de forma imediata. Disse que existem escolas com poucos alunos e não vão fechar pois só quando estiveram construídos os centros escolares é que essas escolas inevitavelmente vão fechar. Se houver um surto significativo de natalidade numa das aldeias, a escola já não fecha, mas a desertificação é notável.

Quanto ao insucesso disse que a educação das crianças não se ministra só nas escolas, mas também em casa e os pais têm um papel fundamental.

Disse que temos bons alunos, bons professores e com os novos equipamentos o concelho de Montalegre tem as condições desejáveis para um ensino de qualidade, para que o sucesso aumente.

O senhor Presidente da Câmara disse que a carta educativa é a favor do rigor, da exigência e da qualidade do ensino. É um instrumento de planeamento aberto, realista e que tem como objectivo a qualidade da educação.

Disse que está em discussão a criação de um minicentro nas instalações da Escola da Misarela que receba os alunos de Cabril, Ferral e Covêlo pois a distância geográfica dos dois centros é um factor relevante, mas o que vai comandar é o número de alunos desta zona.

Sobre os cursos profissionais disse que as escolas já oferecem um leque de cursos profissionais bom, mas há a mentalidade dos pais de que todos têm que ser doutores.

Disse que há a obrigação de pedir ao Governo que mude a política da educação, pois não basta falar mal, tem que haver exigência para se ter qualidade.

Disse que há cooperação da Câmara com as escolas e com os professores e agradeceu a comparência de todas as escolas na Feira do Livro, numa jornada de convívio e sociabilização.

Disse ainda que as escolas vão leccionar, no próximo ano, aulas de inglês, de informática, e educação física e vai haver apoio ao estudo. Há um compromisso da Câmara com o Ministério da Educação para que este projecto tenha sucesso.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Nuno Pereira e Domingos Vasconcelos.

A deputada Guilhermina Costa disse que é evidente que a taxa de natalidade é cada vez mais baixa, mas a desertificação também se deve ao facto das pessoas não se fixarem no interior do país.

Disse que concorda que os pais têm responsabilidade na educação dos filhos, mas infelizmente hoje em dia os pais, por motivos profissionais, não passam muito tempo com os filhos.

Disse que o 25 de Abril trouxe coisas menos boas, pois antes havia obediência e respeito entre alunos e professores. Hoje os alunos não podem ser chamados à atenção. Os próprios pais vão à escola chamar a atenção aos professores.

Disse que hoje em dia é muito difícil reter um aluno dentro da sala de aulas e o importante não é dar o programa educativo até ao final. O importante é que os alunos recebam a informação com sucesso.

Disse que é preciso saber se as escolas têm meios técnicos e as condições necessárias para que todos possam exigir aos alunos que tenham sucesso escolar.

Disse que não vê os professores como culpados do insucesso escolar, a culpa é da sociedade e conseqüentemente da apatia dos professores perante essa situação.

O deputado Nuno Pereira disse que a distância de Montalegre a Braga, nos padrões europeus, é razoável e faz com que Montalegre esteja incluído na cidade de Braga e isto faz com que os pais tentem colocar os seus filhos nos grandes centros e dar-lhes formação de qualidade.

Disse que não acusou os pais do insucesso escolar, mas disse que os pais têm que ter mais preocupação com a qualidade de ensino dos seus filhos.

Disse que a qualidade de ensino depende da interacção entre alunos, pais e professores e não responsabiliza os pais, nem desresponsabiliza os professores.

Disse que os professores que têm medo das alterações são exactamente os mesmos que tiveram medo quando o actual estatuto entrou em vigor em 1984. A responsabilidade maior é a das universidades porque não fazem exames de admissão dos alunos.

O deputado Domingos Vasconcelos, sobre o espaço da escola da Misarela, disse que os políticos deviam conhecer todos os espaços daquela escola pois é muito bonita e é pena que fique ao abandono, devendo analisar todas as possibilidades para que aquele espaço não fique morto.

Sobre as medidas tomadas pela Ministra da Educação, disse que concorda com elas.

O Senhor Presidente respondeu e sobre as instalações da Misarela disse que a hipótese de poderem funcionar tem a ver com questões geográficas, pois não têm condições.

Disse que a questão da educação é das mais importantes e mais sérias e só a longo prazo e com uma cultura de exigência é que o país muda, mas para que o país mude é preciso estabilidade política e coragem.

Disse que a vitimização da função pública e dos professores já ninguém a leva a sério e o discurso sindicalista dos políticos não leva o país para a frente. É preciso coragem para mudar e para criar estabilidade na mudança contínua.

Disse que se há culpa do país estar no estado em que está, não é do 25 de Abril, é de quem faz discursos demagógicos, irresponsáveis e sindicalistas. Mas, mesmo assim, o país está melhor, muito melhor, que no 24.

**Deliberação:** a carta educativa foi aprovada por maioria com dois votos contra e duas abstenções, nos termos do disposto no nº1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de Janeiro.

**5. Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia- Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa/Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Nuno Pereira.

O deputado Nuno Pereira fez uma ligeira crítica, dizendo que é pena que a ideia da colocação da documentação da Assembleia na Internet não seja implementada.

**Deliberação:** aprovada por unanimidade

**6. Política do Ministério da Saúde para o Alto Tâmega/ Constituição de Comissão com o intuito de defender os interesses das populações da região/ Adesão e indicação de elementos para a constituição da referida comissão.**

O Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara informaram a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves e Nuno Pereira.

A deputada Guilhermina Costa disse que a massificação do acesso à saúde a que o país foi habituado durante anos, vê agora um retrocesso, pois a viabilidade económica dos hospitais e dos centros de saúde está a ser mais importante do que a prestação do serviço de saúde aos cidadãos, sendo esta uma das obrigações constitucionais do governo. Disse que é para isto que se pagam impostos e cada vez mais as intenções do governo são rentabilizar estes serviços.

Disse que o que se prevê com a anexação do Hospital de Chaves ao de Vila Real é o encerramento de alguns serviços e perguntou se com isso haverá, efectivamente, diminuição dos custos ou irão aumentar, pois prevêem-se mais cesarianas e partos provocados, acarretando mais despesas.

Perguntou porque é que em vez de fecharem alguns serviços não há mais mobilidade de médicos e equipas técnicas e se o serviço de urgências do Centro de Saúde de Montalegre vai fechar.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a proposta está bem feita, enquadra-se dentro do sistema e espera que se defendam os interesses da região.

Disse ainda que a remodelação do Ministério da Saúde é uma realidade e ao contrário do que o Presidente da Câmara disse o centro de saúde de Montalegre vai fechar.

Indicou o deputado Fernando Moura para fazer parte da Comissão.

O deputado Nuno Pereira disse que está dividido perante este assunto, mas que não nos podemos esquecer que a desertificação exige um reajustamento em vários serviços.

Disse que têm que ser tomadas medidas em defesa da região, não tendo só em conta o estado débil da economia do país.

O Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara responderam aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a questão do Hospital de Chaves também tem a ver com questões económicas pois há serviços que ficam muito caros, mas pensa que tem que haver solidariedade com o concelho de Chaves.

Disse que não ficava como representante na Comissão pois é médico e não queria que confundissem as funções e indicou o deputado Manuel Duarte.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as regiões do interior são credoras do Governo e os autarcas têm o dever de defender a região, mas com consciência, pois não temos nível de saúde para o dinheiro que se gasta.

Disse que tem é que se ter coragem para tomar medidas e combater bairrismos fúteis que nada tem a ver com a qualidade dos serviços.

Disse ainda que a maternidade mantém-se, enquanto a rede viária não for alterada a questão da eventual integração de Chaves num centro hospitalar mais alargado é uma hipótese, entre outras, que estão a ser levantadas.

Disse que o serviço de urgência em Montalegre não existe. É um serviço que ajuda as pessoas que não podem ir ao centro de saúde na hora de expediente. Quando há mesmo urgência, os pacientes são encaminhados para Chaves.

**Deliberação:** a Comissão foi constituída pelos deputados José Diogo Vieira Vaz Pereira, José Fernando dos Santos Moura e Manuel Pereira Duarte, tendo sido aprovada por unanimidade.

## **7. Documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2005, apresentados pela ADRAT.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **8. Documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2005, apresentado pela Região de Turismo e Alto Tâmega de Barroso.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, esta minuta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

**O Presidente da Assembleia**

---

**O 1º Secretário**

---

**O 2º Secretário**

---